

Vozes que Não se Calam - “No campo a cultura é patriarcal”, diz Maria de Lourdes do Nascimento

A coordenadora do movimento das Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) do Pará, nesta entrevista, também fala sobre impacto do assassinato de Dilma Ferreira na luta feminista

[\(Amazônia Real, 04/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Educação não racista, não sexista e não lesbofóbica e enfrentamento à violência contra a mulher são os principais eixos temáticos do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) do Pará, uma organização feminista criada na época da ditadura militar (1964-1985) no Brasil com o objetivo de proteger as mulheres contra os diversos tipos de violência e empoderá-las para que saibam quais são os seus direitos e como lutar por eles. Da década de 80 para cá, assuntos que até então pareciam superados voltaram a assombrar os direitos das mulheres do campo com as novas políticas anunciadas pelo atual governo, e o medo em relação à vida, apesar de nunca ter cessado, agora se faz presente de maneira potencializada.

[A morte de Dilma Ferreira Silva, militante e liderança do Movimento dos Atingidos por Barragens \(MAB\) na noite do dia 22 de março de 2019, na zona rural de Baião, região de Tucuruí, no nordeste do Pará, com sinais de tortura e crueldade envolvendo outras duas pessoas que estavam na mesma casa, demonstra que o cenário projetado pelo movimento é de fato preocupante.](#)

Maria de Lourdes Nascimento, 42 anos, é atualmente a coordenadora da secretaria geral da organização. Ela, que ao separar-se do marido aos 25 anos diz ter sentido na pele o julgamento que uma sociedade patriarcal faz de uma mulher divorciada, descobriu o que era ser de fato feminista e, desde então, luta de alguma maneira para que as mulheres tenham seus direitos garantidos. Atualmente, o principal objetivo do MMCC é articular as

mulheres do campo e da cidade contra todas as formas de discriminação políticas, econômicas, social, cultural, racial e sexual.

“Sofremos violência patrimonial, psicológica e principalmente a física, pois no campo a cultura é patriarcal e predomina o conceito de que a mulher precisa ser submissa e subserviente, além de que o próprio trabalho para a sobrevivência exige um grande esforço físico”, afirma Maria de Lourdes.

Na terceira entrevista da série Vozes que Não se Calam, ela fala à **Amazônia Real** sobre seu histórico no movimento feminista, sobre a criação do MMCC, a violência no campo e como é possível empoderar as mulheres para que elas saiam do círculo da opressão. Confira o depoimento abaixo:

Venho de uma realidade muito difícil, pois nasci em um município a 100 km de Belém (Moju) e passei minha infância em uma área rural a 200 km da cidade mais próxima (comunidade Arauaí) porque meus pais eram agricultores. Meu pai organizou um grupo de posseiros que durante anos resistiu numa luta contra os fazendeiros daquela região e acho que isso trouxe para mim um pouco do espírito organizativo e lutador dele. Nunca presenciei meu pai bater em minha mãe, e ela afirma que isso nunca aconteceu, mas vi ao longo de minha infância e juventude muitas mulheres não saberem se defender e isso sempre me incomodava. Depois dos 25 anos, quando precisei me separar, senti na pele o julgamento de que mulher separada era vadia, não merecia respeito. Então comecei a me organizar e descobri a feminista que existia em mim.

Feminismo e saberes

Para mim, o feminismo num conceito geral é garantia de que a mulher seja autora de sua própria história e que tenha direitos a viver suas escolhas, sem pré-julgamentos. É a manutenção dos legados de participações que trouxeram mudanças para sobrevivências de cada uma que superou a violência, a escravidão, a submissão e chegou a espaços de mercado de trabalho e política com competência, conhecimento da causa e comprometimento coletivo. Feminismo é a manutenção da imagem de seres empoderadas, conhecedoras e detentoras de saberes e principalmente de vivências diversas e respeitando toda diversidade da atual sociedade. E o

MMCC é uma organização feminista que trabalha para despertar a consciência das mulheres por meio da formação e da capacitação, com realização de cursos que possam trazer o empoderamento nos mais diversos aspectos feministas.

Violência no campo

Somente por sermos mulheres do campo sofremos violência nos mais diversos níveis. Violência patrimonial, psicológica e, principalmente, física, pois no campo a cultura patriarcal ainda predomina e o conceito de que a mulher precisa ser submissa e subserviente é muito pesado. Além de que o próprio trabalho para a sobrevivência exige um grande esforço físico e se associa as demais tarefas a serem desempenhadas, juntamente ao parto precário. O MMCC hoje tem várias parcerias e a mais atual tem sido a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), que tem um quadro de advogados e defensores que nos apoiam em causas judiciais e apoia algumas ações.

Por conta da flexibilização do uso de armas a violência de forma geral pode aumentar muito em todos os lugares, porém, no campo, isso torna-se mais agressivo. A morte de Dilma Ferreira Silva, militante e liderança do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), com sinais de tortura e crueldade envolvendo outras duas pessoas que estavam na mesma casa (esposo e um conhecido), na noite do dia 22 de março, no Pará, demonstra que esse cenário está se agravando ainda mais. E nosso medo aumenta com relação a vida de nossas companheiras militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), coordenadoras de sindicatos rurais entre outros, e se tratando das rurais temos ainda as indígenas e quilombolas atingidos diretamente pela não garantia das áreas de reservas.

O que querem as mulheres do campo

Nos anos 80, quando surgiu o MMCC, falávamos sobre o acesso ao mercado de trabalho com salários compatíveis ao trabalho desenvolvido, respeito e reconhecimento como chefes de famílias. Hoje a luta ainda traz esse viés, pois nossa cultura é enraizada em um conceito patriarcal. Porém, voltamos

para assuntos que havia uma sensação de superação, mas que a atual política governamental nos remete a lutas passadas, como previdência, saúde e educação com garantia de tratamento diferenciado as mulheres considerando as múltiplas jornadas assumidas e considerando o risco assustador das diversas violências vividas em todos os ambientes.

As nossas principais reivindicações continuam sendo as do início de nossa organização: geração de trabalho e renda, qualificação para acesso ao mercado formal, educação, habitação digna e acessível a todas, uma vida sem violência, acesso à terra, políticas específicas e acessíveis, crédito, acesso à justiça e saúde preventiva principalmente no campo.

Histórico de luta

O Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade surgiu no período da ditadura militar, na década de 70 e início de 80, com suas primeiras expressões de articular mulheres da área rural e urbana. No estado do Pará, a organização teve início com várias formas de articulação. Em Belém se deu a partir de reivindicações ligadas a questão das escolas comunitárias, pagamento dos salários das professoras, que recebiam através de coletas feitas pelas mães dos alunos. A Associação Comunitária de Base do Bairro do Jurunas (Cobajur) inicia uma discussão sobre água, luz, aterro, onde contou com o engajamento das mulheres. Os encontros para discutirem essas questões com operárias e donas de casas foi o embrião da organização de mulheres do bairro do Jurunas que articuladas com a organização das mulheres em outros municípios do Pará juntaram-se e constituíram a MMCC.

A organização de mulheres especificamente começa com reuniões nas residências das operárias da castanha e nos centros comunitários e outros. Sua organização avança e começa a aparecer outros temas além das condições de trabalho dentro da fábrica. Assim, temas como gravidez, habitação, saúde, legislação trabalhista e acordos coletivos começam a fazer parte das discussões nas reuniões. Estas reuniões eram realizadas no sentido de fortalecer a luta dessas mulheres que não participavam do sindicato, desconhecedoras de seus direitos.

O MMCC se constituiu legalmente somente em 06 junho de 1985, quando

aconteceu o primeiro congresso, com a participação de 325 delegadas eleitas pelos grupos de mulheres que participaram da articulação inicial.

Eixos de atuação

Trabalhamos com quatro principais eixos, sendo eles: Saúde e Direitos Sexuais Reprodutivos, Desenvolvimento Sustentável, Educação não racista, não sexista e não lesbofóbica e Enfrentamento à violência contra a mulher. No primeiro eixo, a luta é pela agilidade no atendimento. No segundo, o objetivo é expandir a economia solidária, realizar protestos contra o modelo de desenvolvimento atual, termos uma política de reflorestamento e mantermos uma atenção para a expansão do latifúndio do mono cultivo.

No terceiro eixo, que é o da educação, temos a promoção de debates sobre o empoderamento das mulheres em áreas como educação, cultura e relações de gênero. No quarto eixo, a nossa luta é pelo maior apoio dos direitos humanos à vítima, testemunhas e pessoas ameaçadas; trabalhos preventivos na área da violência e mobilizações para que a lei Maria da Penha seja garantida.

Aborto

Entendemos que se podemos decidir sobre economia, política e podemos e devemos inclusive votar sob pena de multa pela ausência nas urnas, então temos o direito de decidir sobre manter ou não uma gravidez. Independente do motivo que leve uma mulher a pedir a interrupção de uma gestação, precisamos respeitar o fato de que seu corpo lhe pertença.

*Esta reportagem de [Maria Fernanda Ribeiro](#) faz parte da série **Vozes que Não se Calam**, que realiza entrevistas exclusivas com lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, trabalhadoras rurais, defensoras, entre outras mulheres, sobre temas como: lutas na defesa da igualdade de gênero; equidade de direitos; direitos humanos; feminismo; machismo e combate à violência e o feminicídio. **Leia as reportagens da série:***

Vozes que Não se Calam - Alessandra Korap Munduruku: “nossa luta é pelo território”

Vozes que Não se Calam - Évelin Hekeré: “a saída contra o preconceito são mulheres indígenas de resistência”